

CONTRATO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA AS NECESSIDADES DO LICEU FRANCÊS CHARLES LEPIERRE DE LISBOA

Caderno de Cláusulas Administrativas Particulares (CCAP)

Artigo 1 – OBJETO DO CONTRATO

1.1 - Objeto

As disposições do presente Caderno de Cláusulas Administrativas Particulares dizem respeito à prestação de serviços de seguros com intermediação de corretor para cobrir as necessidades do liceu acima referido, nomeadamente:

- Acidentes de trabalho
- Acidentes pessoais – alunos
- Acidentes pessoais – acompanhantes
- Responsabilidade civil de exploração
- Responsabilidade civil em deslocações ao estrangeiro
- Responsabilidade civil de equipamento desportivo
- Responsabilidade civil – recreios
- Multirriscos

1.2 – Lotes e tranches

O contrato não é dividido em lotes.

1.3 - Forma e duração

Contrato de serviços celebrado por um período de 2 anos (de 1 de julho de 2026 a 30 de junho de 2028), renovável tacitamente e anualmente por um máximo de dois anos adicionais (1+1).

Artigo 2 – Documentos contratuais

O contrato é constituído pelos seguintes documentos, por ordem decrescente de prioridade:

- Regulamento da consulta;
- Termo de compromisso;
- Caderno de cláusulas técnicas particulares;
- Presente CCAP;

- Eventuais anexos.

O contrato refere-se:

- À regulamentação europeia em vigor relativa aos contratos públicos;
- À regulamentação europeia e portuguesa relativa aos seguros.

Artigo 3 – Prazos de execução

1. A entrada em vigor do contrato ocorre em 01/07/2026 às 00h00.

2. Nota de cobertura

O candidato selecionado deverá emitir uma nota de cobertura comprovando o compromisso recíproco antes da emissão da apólice definitiva.

Artigo 4 – Definição das garantias

4.1 – Proteções solicitadas - Ver caderno de cláusulas técnicas particulares

4.2 – Montantes a segurar - Ver caderno de cláusulas técnicas particulares

4.3 – Franquias - Ver caderno de cláusulas técnicas particulares

Artigo 5 – Preço das prestações

O candidato indicará na sua proposta:

- Os elementos financeiros utilizados para fixar os montantes devidos pelo estabelecimento;
- As modalidades de atualização dos montantes.

Artigo 6 – Condições e modalidades de pagamento

6.1 – Forma de regularização do pagamento.

O pagamento será efetuado no vencimento dos prémios.

O prazo global de pagamento não poderá exceder 30 dias após receção do aviso de vencimento.

6.2 – Cláusula de revisão de prémios

Salvo modificação técnica do contrato por aditamento, a única indexação anual aceite será baseada nas variações de índice, orçamento e/ou massa salarial.

Qualquer outra indexação deverá ser comunicada previamente com 6 meses de antecedência.

Artigo 7 – Rescisão do contrato

7.1 – Condições de rescisão antes do termo normal do contrato

Os contratos celebrados por um período de 2 anos, renováveis por dois períodos de um ano, terminarão em 30 de junho de 2028.

Casos de rescisão pelo adjudicatário:

- Falta de pagamento dos prémios;
- Agravamento do risco e recusa da atualização do prémio.

Casos de rescisão pela entidade adjudicante:

- Aplicação de cláusula de salvaguarda em caso de redução do risco;
- Incumprimento contratual pelo adjudicatário.

7.2 – Condições de rescisão

A decisão será enviada por carta registada com aviso de receção.

Reembolso do prémio não utilizado / consumido.

Artigo 8 – Disposições aplicáveis em caso de adjudicatário estrangeiro

Em caso de litígio, aplica-se exclusivamente a lei portuguesa. Os tribunais competentes são os portugueses.

A moeda de referência do mercado é o(s) euro(s). O preço expresso em euro(s) permanecerá inalterado em caso de variação cambial.

Todos os documentos, faturas e manuais de instruções devem ser redigidos em português e/ou francês.

O candidato estrangeiro poderá obter junto da direção responsável pela legislação social as informações pertinentes sobre as obrigações relativas às disposições de proteção e condições de trabalho em vigor em Portugal. Para o efeito, o proponente estrangeiro deverá atestar o seu conhecimento da referida legislação na proposta de preço do presente contrato.

O candidato estrangeiro deverá estar autorizado pelo seu Estado-Membro de origem a emitir o tipo de apólice, objeto do contrato, em todos os Estados-Membros da Comunidade. Deverá apresentar prova escrita dessa autorização.

Artigo 9 – Condições gerais de execução

9-1- Alterações durante a execução

As alterações que ocorram durante a execução do contrato devem assumir a forma de uma adenda, quer se trate de um agravamento ou de uma redução dos riscos previstos no presente contrato.

9-2- Prestação de serviços semelhantes

A entidade adjudicante reserva-se o direito de confiar ao adjudicatário contratos que tenham por objeto a prestação de serviços semelhantes aos que lhe são confiados ao abrigo do presente contrato, no âmbito de um procedimento por negociação sem publicidade nem concurso.

A duração durante a qual estes novos contratos poderão ser celebrados não pode exceder 3 anos, a contar da notificação do presente contrato. O montante máximo é de 50 % do montante total do presente procedimento.

Lido e aceite

O prestador de serviços
(Data, carimbo e assinatura)